constata-se que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para solucionar o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.4.3. Processo nº 000239-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Maria Alice Pina Viggiano

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa por Maria Alice Pina Viggiano, servidora pública comissionada no cargo de Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária do Estado do Pará, que seria sócia-proprietária da empresa NUTRIPESCA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/20062, considerando que da análise do registro de frequência da investigada em seu órgão de lotação, inferiu-se que em nenhum momento houve desídia com seu cargo em função da empresa privada que possuía, portanto, ausente o elemento subjetivo (dolo) capaz de ensejar a caracterização do ato ímprobo, uma vez que não há indícios de que a investigada tenha obtido qualquer vantagem frente à máquina pública.

3.4.4. Processo nº 000010-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 3ª Promotor de Justiça Cível de Marituba

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação do advogado constituído para representar o Município de Marituba.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/20062, vez que não restou provado nenhum ato ímprobo na contratação direta do advogado, justificado na descontinuidade administrativa que se encontrava a municipalidade, bem como no exíguo mandato do então prefeito, que tinha como objetivo garantir, por meio do ajuizamento de ação civil pública de improbidade administrativa, que o ex-prefeito prestasse contas a fim de ressarcir o erário.

3.4.5. Processo nº 000085-440/2015

Requerente(s): Moradores da Comunidade Jardim Dom Bosco

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar a realização de serviços asfáltico e de saneamento básico nas ruas Coronel Fontoura, Marivaldo Filho, Gabriel Furtado, Santa Ana, Santa Marta e Dom Bosco, localizadas no município de Ananindeua.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/20062, considerando que os termos da Recomendação serão acompanhados nos autos do Procedimento Administrativo nº. 031/2018 e que do surgimento de fatos novos caberá o desarquivamento deste inquérito.

3.4.6. Processo nº 010702-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centenor Empreendimentos

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível irregularidade quanto a extração de madeira do Cumaru pela empresa Centenor Empreendimentos, na região do Craval, ramal do Rio Verde, Zona Rural de Óbidos, o que estaria afetando a subsistência de 60 (sessenta) famílias que sobrevivem do extrativismo da Castanha do Cumaru na região.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, nos termos do art. 23, §3º, I da Resolução nº 10/2011-CPJ, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de origem, para que oficie à SEMAS a fim de esclarecer se a empresa CENTENOR empreendimentos encontra-se com todas as licenças ambientais ativas e com validade, e, em caso positivo, se manifeste acerca da possibilidade de exclusão da espécie vegetal cumaru de seu Plano de Manejo; oficie ao INCRA e ITERPA a fim de que informem a situação fundiária da área, esclarecendo se houve ou não o destacamento do patrimônio público para particular; ou tome as providências de estilo, com os ulteriores de direito.

3.4.7. Processo nº 000062-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura De Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível irregularidade ocorrida no Processo Seletivo Público 001/15, da Secretaria Municipal de Saúde de Benevides que teria contratado servidor temporário em detrimento do candidato Pedro da Silva Menezes Júnior, aprovado para o cargo de agente de endemias.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, INDICANDO a Exma. Promotora de Justiça Dra. REGIANE BRITO COELHO OZANAN, para tomar as providências cabíveis quanto ao prosseguimento do feito, nos termos do art. 23, §3º, inciso II, da Resolução nº 010/2011-CPJ. DETERMINOU, portanto, o envio dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para cumprimento do que estabelece o art. 57, parágrafo único, da LCE nº 057/2006 e, que fosse dada ciência à Corregedoria-Geral deste Órgão para providências que entender cabíveis.

3.4.8. Processo nº 000053-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 3ª Promotor de Justiça Cível de Marituba

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Fundo Municipal de Assistência Social em 2013.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/20062, vez que, não se vislumbrou dolo na conduta das ordenadoras de despesas. Isso porque o próprio TCM ao julgar o pedido de reconsideração da Sra. e Ruth Marília Gonçalves Nogueira entendeu que em razão da alternância de governo foram justificadas as dispensas de licitação ante a expedição de decreto emergencial e a inviabilidade de planejamento de governo. Portanto, alcançando também a então ordenadora Eliana da Silva Damasceno, que apesar de ainda não ter ingressado com pedido de revisão teve suas contas negadas, também pelos mesmos motivos e mesmo período. Verificou-se, portanto, que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para sanar o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.4.9. Processo nº 000054-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura de Marituba

Origem: 5º Promotor de Justiça de Marituba

Assunto: Apurar violação ao Código de Posturas do Município pelo Sr. Deyverson Ramon, devido construção irregular de fossa séptica, com prejuízos aos moradores do condomínio residencial nova Marituba II.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/20062, uma vez que foram empreendidas diligências, inclusive com a realização de vistoria in loco por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano - SEIDUR que após tratativas com o reclamado sanou o objeto do presente procedimento, tendo vedado o tubo que vazava os dejetos para a vala comum do condomínio e desobstruindo a vala existente na frente da residência dele, conforme informações prestadas pela SEIDUR e, posteriormente, ratificadas pelo reclamante. Verificou-se, portanto, que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para sanar o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.4.10. Processo nº 000123-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna - FHCGV

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível contratação temporária de servidor no âmbito do Hospital de Clínicas Gaspar Viana, o que em tese, caracterizaria ato de improbidade administrativa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela consequente HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE nº 057/20062, uma vez que, verificou-se que apesar do indeferimento do registro de contrato por parte do TCM, nos

moldes do art. 116, III da Constituição Estadual do Pará e da inobservância da regra do concurso público, contudo, inexistiu conduta dolosa por parte da Presidente do hospital, que visando não suspender os serviços essenciais à saúde e devido à falta de servidores efetivos para preenchimento da vaga realizou a contratação temporária da Sra. Sandra Denize Barbosa em substituição a outra servidora que teve seu contrato expirado. Dessa forma, observou-se que além da inexistência de indícios de improbidade administrativa na modalidade violação de princípios e enriquecimento ilícito tampouco houve prejuízo ao erário. Primeiro porque, a contratação ocorreu em substituição ao término de outro contrato e, segundo porque das fichas financeiras não se constatou qualquer ilegalidade. Verificou-se, portanto, que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para esclarecer o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

3.4.11. Processo nº 000519-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 1º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais decorrente de invasão de terreno localizado próximo ao Rio Maguari.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, determinando seu arquivamento na Promotoria de Justiça de origem, nos termos do art 5º da Resolução n.º 174/2017-CNMP, haja vista o Órgão Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza. DECIDIU ainda, que fosse dada ciência à Corregedoria-Geral do Ministério Público para os devidos fins.

Registrou-se ausência justificada do Corregedor-Geral, Dr. Jorge de Mendonça Rocha, nos itens 3.4.5 a 3.2.11.

4.0 que ocorrer.

Não houve registro.

Belém-PA, 18 de junho de 2018.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 327766

EXTRATO DE PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Repartimento/PA torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL, que se encontra à disposição na sala da Promotoria de Justiça, no Fórum Local.

INQUÉRITO CIVIL Nº 324-068/2017-PJNR

INTERESSADO: A coletividade

RECLAMADO: Prefeitura Municipal de Novo Repartimento/PA

OBJETO: apurar notícias de irregularidades no transporte escolar fluvial e rodoviário no ano de 2017 no município de Novo Repartimento.

Data da Instauração: 11/01/2018.

O presente documento deverá permanecer afixado nos murais da Promotoria de Justiça de Novo Repartimento.

CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES

Promotor de Justiça de Novo Repartimento

Protocolo: 327721

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002 / 2018

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotoria de Justiça de São Sebastião da Boa Vista, no uso de suas atribuições constitucionais e legais com fulcro no art. 129, II e III, da Constituição Federal, artigo 25, inciso IV, alínea "a", e art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, COMUNICA ao público em geral, bem como às entidades representativas da sociedade civil, instituições públicas e privadas, igrejas e demais pessoas interessadas, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 11 de julho de 2018, com início às 08h00min, no Salão da Comunidade Bom Jesus, ao lado da Escola Vereador Ingrácio, localizada no Rio Pracuúba Grande, Zona Rural de São Sebastião da Boa Vista/PA.

A Audiência Pública tem os seguintes objetivos: conscientizar e fomentar o debate entre a sociedade da zona rural e os órgãos públicos, com vistas a criar estratégias para o combate ao uso de entorpecentes no ambiente escolar na Região do Marajó; Conscientizar a população local acerca dos malefícios causados às crianças e adolescentes; Estimular as denúncias formais, para que o Ministério Público, Defensoria Pública, o Poder Judiciário e os demais atores da rede de atendimento à criança e ao adolescente possam adotar as medidas pertinentes, com vistas a erradicar o uso e o tráfico de entorpecentes nas escolas do município; Conhecer, através dos representantes de órgãos públicos locais, quais as políticas públicas que estão sendo utilizadas no município de São Sebastião da Boa Vista.

A referida audiência pública será aberta a toda sociedade,